

AS REDES NOS TERRITÓRIOS: UM ESTUDO SOBRE O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO NA VIDA DE USUÁRIAS/OS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM SANTA CRUZ DO SUL/RS/BRASIL

Resumo: Este trabalho discute as redes de apoio e sociabilidade e o acesso ao mercado de trabalho de uma população vulnerável que vive em um conjunto de casas na periferia do município de Santa Cruz do Sul/RS/Brasil, construído por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). As informações foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com 7 famílias do Residencial Viver Bem, registradas em diário de campo, a partir das quais buscou-se aprofundar um levantamento anterior feito através da aplicação de questionários com 130 moradoras/es do mesmo conjunto habitacional. A partir da análise das entrevistas, identificou-se que o tema do acesso ao mercado de trabalho se entrecruza com as especificidades sociais, culturais e econômicas do território. Constatamos que a mudança territorial implica tanto na reorganização de vidas em nível geográfico como relacional, pois o Programa não permite somente o acesso a uma nova casa e um novo local, mas também a outras pessoas, impactando e transformando as redes de sociabilidade das/os usuárias/os do PMCMV. Sujeitos que antes viviam em situação de rua, por exemplo, tiveram que compor novas tramas pessoais, sociais e profissionais em busca de vida digna, assim como aquelas pessoas que residiam no meio rural e que agora passaram a viver no contexto urbano em função de tal política habitacional.

Palavras-chave: Redes. Mercado de trabalho. Programa habitacional. Programa Minha Casa Minha Vida.

INTRODUÇÃO

O direito à moradia continua sendo um grande desafio-problema no Brasil. Nas últimas décadas foram feitas várias ações no sentido de promover o direito constitucional à habitação por meio de políticas públicas setoriais. Aponta-se que as primeiras políticas habitacionais destinadas às/aos trabalhadoras/es assalariadas/os ocorreram através de financiamentos diretos para o acesso a casas populares, afiançados por contratos sociais e dentro de uma perspectiva desenvolvimentista do Estado (LORENZETTI, 2006). Tal relação entre o “sonho da casa própria” e o desenvolvimento das cidades acabou por compactuar com os conceitos de uma cidade limpa e moderna, tendo em vista que aquelas pessoas que alcançaram tal patrimônio material, agora tinham o dever de zelar e cultivar as boas condutas comunitárias para se “manter a ordem” nas cidades (LORENZETTI, 2006).

Menezes e Mourão (2017) afirmam que, especificamente no Brasil, foram poucas as políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas sociais no campo habitacional e, com isso, a garantia de uma moradia adequada tornou-se um desafio nacional. Neste sentido, um dos resultados são as cenas de cidades com habitações precárias, com coabitacões familiares, excesso de moradoras/es e famílias que lidam com excessivo ônus de aluguel; além do alto número de pessoas e famílias que (sobre)vivem em situação de rua, representando uma ferida social nos eixos dos direitos básicos. Na Ditadura Militar (1964-1985), por exemplo, com a criação do Banco Nacional de Habitação, as desapropriações se tornaram definitivamente uma política pública. O BNH tinha como lema “remover para promover” (LORENZETTI, 2006).

Segundo Ferreira *et al.* (2019), em 1986 ocorreu uma redução significativa de recursos federais que eram investidos na área habitacional no Brasil que resultou, alguns anos depois, no estabelecimento de novas diretrizes gerais da política urbana, por meio da regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, tendo como uma de suas finalidades reverter a segregação espacial presente na maioria das cidades brasileiras. Sendo assim, a partir de 2005, com a Lei nº 11.124, criou-se o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), que estabeleceu o processo participativo de elaboração do Plano Nacional de Habitação e a constituição de fundos, nos diferentes níveis da federação, administrados por conselhos e com participação popular (FERREIRA *et al.*, 2019).

Em 2009, “no intuito de aquecer a economia para enfrentar a crise financeira e para assegurar um ganho político de curto prazo para a coalizão político-partidária do governo” (FERREIRA *et al.*, 2019, p. 2), criou-se o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), através da Lei nº 11.977/2009. Desta forma, desde o lançamento do PMCMV, o Fundo Nacional de

Habitação de Interesse Social passou a concentrar seus recursos nas ações de urbanização de assentamentos precários e desenvolvimento institucional. Ferreira *et al.* (2019) aponta que de 2009 a 2014, foram 3,4 milhões de unidades habitacionais construídas para a população de baixa renda por todo o país. O mesmo autor ressalta que

Ao abdicar do papel de produtor direto de habitação de interesse social, o poder público cede à iniciativa privada a relevante tarefa de decisão sobre a localização dos conjuntos habitacionais. Na lógica de mercado são priorizados os aspectos de viabilidade econômica dos empreendimentos e são desprezados os aspectos de reforma urbana e direito à cidade (FERREIRA *et al.*, 2019, p. 8).

Este estudo tem como objetivo apresentar dados de uma pesquisa realizada em uma cidade média do estado do Rio Grande do Sul, Santa Cruz do Sul, sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o acesso ao mercado de trabalho, a qual está sendo desenvolvida desde agosto de 2019 em um residencial financiado pelo referido programa do Governo Federal. Vale mencionar que o residencial foi liberado para suas/seus beneficiárias/os no ano de 2015, ou seja, que no momento desta pesquisa haviam se passado apenas quatro anos de uso/convivência/moradia.

A pesquisa possui financiamento interno através do programa de iniciação científica da universidade. Anteriormente, as/os pesquisadoras/es, vinculadas/os ao PPG em Desenvolvimento Regional/UNISC e ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Democracia e Políticas Públicas (GEDEPP) haviam desenvolvido a pesquisa “Segregação urbana e desigualdades no acesso às políticas públicas em cidades médias”, da qual foram obtidos dados que contribuíram para a elaboração deste trabalho, o qual representa um desdobramento dos estudos que já vinham sendo realizados pela mesma equipe de pesquisa.

Partindo do interesse inicial de analisar os efeitos dos deslocamentos de populações de baixa renda para conjuntos habitacionais financiados pelo PMCMV, definiu-se que a pesquisa inicial seria desenvolvida com a comunidade do Residencial Santo Antônio, da qual resultou dados quanti-qualitativos de 60 questionários, além dos 130 questionários aplicados posteriormente com a comunidade do Residencial Viver Bem. Ambos os residenciais estão localizados na zona sul da cidade de SCS, em bairros considerados com alto índice de vulnerabilidade e risco social. Desta forma, imbricada aos efeitos de deslocamento da população

beneficiária do PMCMV, a relação entre as redes de apoio e sociabilidade e as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho surge como questão norteadora da pesquisa.

Este estudo vem sendo desenvolvido por meio da utilização de entrevistas semiestruturadas com moradoras/es do Residencial Viver Bem. Em princípio, foram realizadas reuniões com os integrantes do projeto de pesquisa antecessor ao vinculado à presente pesquisa, no intuito de promover discussões coletivas acerca dos dados já obtidos e demais informações importantes para dar início a este estudo quanti-qualitativo, agora em outra realidade territorial que caracteriza novas dinâmicas psicossociais, territoriais, econômicas, culturais e etc. Isto é, houve um olhar atento às (possíveis) novas dinâmicas que caracterizam os dois residenciais que compõem o arranjo de cada pesquisa, e assim, certa integração entre as pessoas envolvidas na produção da pesquisa e dos dados já obtidos em campo e analisados pelas equipes de pesquisadoras/es. Sendo assim, através de narrativas de moradoras/es do Residencial Viver Bem e dos registros em diário de campo, norteados por uma entrevista semiestruturada, identificou-se que o tema do acesso ao mercado de trabalho se entrecruza com as especificidades sociais, culturais e econômicas do território, sobretudo em relação às formas de acesso ao trabalho ou a sua ausência.

Importante esclarecer que o efeito das políticas públicas não são os mesmos em todos os territórios e em relação aos distintos grupos sociais que possuem diferentes trajetórias de vida, de inserção profissional, de vínculos societários, etc. Por isso, torna-se importante conhecer mais de perto como a política habitacional produz experiências diversas para as famílias que passaram a viver nos referidos conjuntos habitacionais, e das especificidades territoriais que implicam nas relações e formação de redes.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa qualitativa é um desdobramento de uma pesquisa antecessora realizada no mesmo residencial financiado pelo PMCMV, em que se aplicou 130 questionários com moradoras/es e obteve-se dados para análise quanti-qualitativa. Desta forma, partindo do interesse de analisar os efeitos dos deslocamentos de populações de baixa renda para conjuntos habitacionais financiados pelo PMCMV em Santa Cruz do Sul/RS, a presente pesquisa realizou entrevistas semiestruturadas com sete famílias que moram no Residencial Viver Bem, localizado em zona periférica na cidade de Santa Cruz do Sul/RS/Brasil, e utilizou-se o diário de campo

enquanto ferramenta de registro e produtor de reflexões. As narrativas serviram como fonte de dados para traçar alguns aspectos que permeiam a questão do trabalho na vida das famílias entrevistadas e são apresentadas neste trabalho entre aspas e em formato itálico, como forma de diferenciação entre o material bibliográfico, a discussão teórica e os fragmentos do diário de campo.

Através da metodologia corpo a corpo e do uso de diário de campo como campo de registros e reflexão da/o pesquisador(a), foi possível identificar que cada história de vida das pessoas entrevistadas apresenta especificidades e arranjos singulares, embora também se identifique alguns pontos de convergência relacionados à mudança das famílias para esse residencial. Tais convergências seriam, por exemplo, em relação às dificuldades de locomoção entre o residencial até o local de trabalho ou para pontos mais centralizados da cidade. Além disso, foram relatadas dificuldades de acesso a vários serviços básicos (posto de saúde, escola, creche, mercado, farmácia, entre outros), a falta de linhas/horários de ônibus (além do alto custo com a passagem de ônibus urbano), a precariedade na construção das residências e das áreas de uso comum e vários outros aspectos relacionados ao fato do residencial estar localizado em um bairro afastado (cerca de 8km) da área central do município. Em relação às famílias entrevistadas, três delas possuem ao menos um membro com vínculo empregatício formal (carteira assinada), duas famílias possuem um membro aposentada/o, uma família possui membros que trabalham com reciclagem de materiais coletados pela cidade (sem carteira assinada) e uma família não possui membros com vínculo empregatício. Foi possível observar que as/os participantes neste estudo possuem vivências diversas em relação ao mercado de trabalho, mas que, a partir da mudança territorial ocorrida em 2015, algumas dificuldades atravessaram suas histórias e os desafiaram a buscar novas oportunidades de trabalho e de reorganização social e interpessoal.

Através dos dados obtidos no desenvolvimento da primeira etapa desta pesquisa e das entrevistas semiestruturadas realizadas com sete famílias residentes no Residencial Viver Bem, foi possível lançar mão de leitura crítica e reflexiva de tais narrativas. Tal leitura foi ao encontro de referencial bibliográfico que apresenta dados e discussões sobre políticas habitacionais, o Programa Minha Casa Minha Vida, segregação urbana, mercado de trabalho, redes, entre outros, tornando possível ampliar tal debate e aproximar pontos de análise com outras pesquisas desenvolvidas a nível nacional.

DISCUSSÃO

Sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e da sua “repaginada” no governo atual

Sabe-se que no Brasil foram poucas as políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas sociais no campo habitacional. Com isso, a garantia de uma moradia adequada tornou-se um desafio nacional. Estudiosos/os consideram que um dos resultados de tal problemática pode ser as cenas que cotidianamente nos deparamos em cidades com habitações precárias, com coabitacões familiares, excesso de moradoras/es e famílias que lidam com excessivo ônus de aluguel; além do alto número de pessoas e famílias que (sobre)vivem em situação de rua, representando uma ferida social nos eixos dos direitos básicos.

Uma questão importante levantada por Menezes e Mourão (2017) é sobre a periferização dos imóveis do PMCMV. Segundo a análise dos contratos do PMCMV, realizado pela Caixa Econômica Federal, identifica-se que a maior parte das unidades habitacionais está sendo construída fora dos municípios pólo das regiões. Neste sentido, essa periferalização dos imóveis do PMCMV gera dificuldades para os participantes do programa, como distanciamento da malha urbana e das áreas de convivência comum, além de aspectos relativos à própria unidade habitacional (qualidade do material utilizado na construção, dimensão dos cômodos, problemas na rede elétrica e sanitária, entre outros).

Importante mencionar que essas dificuldades também geram impactos na saúde das/dos usuárias/os do PMCMV, uma vez que elas/eles ficam expostas/os, por falta de alternativas, a uma severa rotina diária de deslocamento e horários (MENEZES; MOURÃO, 2017). Os mesmos autores afirmam que

Sem outro meio para a aquisição da casa própria, o participante se sujeita a ocupar os afastados conjuntos residenciais do programa, o que lhes impõe custos elevados de transporte e dificuldade de acesso aos serviços básicos. Portanto, o programa MCMV demanda a implantação de equipamentos de educação, saúde e lazer, além da ampliação de investimentos em abastecimento de água, esgoto e rede viária (p. 151).

Desta forma, a questão da vulnerabilidade social pode adquirir forma na realidade de milhares de famílias beneficiárias do PMCMV e, especificamente, foi constatada na realidade de mais de mil famílias que compõem o campo em estudo no presente trabalho. Tendo o Residencial Viver Bem como um destes exemplos, identificou-se que as mais de novecentas casas

construídas através do PMCMV possuem um padrão de materiais de construção e demais características urbanas e arquitetônicas específicas, assim como, o lugar onde foi construído (longe do centro da cidade). Tais características que indicam o padrão de casa do PMCMV sustentam as diversas queixas levantadas pelas pessoas residentes que foram entrevistadas na presente pesquisa. Além do residencial supracitado, existem outros residenciais provenientes deste programa habitacional (casas e prédios) em zonas periféricas da cidade, afastados dos serviços essenciais e que, devido ao tamanho e quantidade de famílias que habitam tais locais, observa-se a formação de zonas periféricas/precárias que indicam alta vulnerabilidade e risco social. Desta forma, poderíamos lançar mão de uma questão que pode estar presente para análise e discussão neste trabalho: não seria essa uma estratégia de segregação urbana?

Em 2020 nos deparamos com uma “repaginada” no PMCMV realizada pelo governo Bolsonaro. Mediante aprovação pelo Senado da medida provisória que cria o novo programa habitacional nomeado “Casa Verde e Amarela”, substituindo o PMCMV criado em 2009 pelo governo Lula, prevê que as operações realizadas através do benefício habitacional deverão seguir um novo modelo (G1, 2020). Como principal alteração podemos identificar a extinção da faixa 1 do Programa, a qual abrangia as famílias com renda de até R\$ 1,8 mil e não havia cobrança de juros no valor pago. Em novo modelo, o Programa Casa Verde e Amarela prevê que as famílias que antes se encaixavam no grupo com faixa mais baixa de renda passem a ser atendidas pelo Grupo 1, com juros a partir de 4,25%. Vale destacar que a modificação de tal percentual de juros para as famílias que vivem sob condições financeiras mais baixas antes era igual a zero. Com isso, podemos observar um retrocesso quanto à garantia do direito constitucional à moradia, sobretudo para as famílias que vivem em condições vulneráveis e/ou de miserabilidade e que se encontram cada vez mais afastadas de seus direitos básicos para (sobre)vivência.

Tendo como fenômeno central desta pesquisa a questão do mercado de trabalho na vida das/os usuárias/os do PMCMV, foi possível identificar a sua existência e passamos a sinalizar a importância da rede em tais territórios. De que rede estamos falando? Como se dá tal rede?

A importância das redes: o acesso ao mercado de trabalho na vida de usuárias/os do PMCMV

Partindo do interesse inicial de analisar os efeitos dos deslocamentos de populações de baixa renda para conjuntos habitacionais financiados pelo PMCMV em Santa Cruz do Sul/RS, esta pesquisa foi desenvolvida no Residencial Viver Bem, localizado na zona sul deste município, em um bairro considerado com alto índice de vulnerabilidade social. Importante identificar que o efeito das políticas públicas não são os mesmos em todos os territórios e em relação aos distintos grupos sociais (com diferentes trajetórias de vida, de inserção profissional, de vínculos societários, etc.). Por isso se torna importante conhecer mais de perto como a política habitacional produz experiências diversas para as famílias que passaram a viver em conjuntos habitacionais populares e de como tais experiências compõem o que chamamos de redes/redes sociais.

Para Lia Sanicola (1995, em MARICONDI; SOARES, 2010), a rede se constitui de relações sociais/interpessoais entre sujeitos que carregam consigo sua própria identidade social (hábitos, costumes, crenças, valores). Com isto, acabam por constituir uma rede social entre pessoas em determinado contexto, isto é, o seu meio relacional. As autoras Maricondi e Soares (2010) afirmam que o contexto relacional, que é desenvolvido desde o nascimento entre a família e pessoas próximas, pode ser chamado de rede social primária. Segundo as autoras, tal rede é constituída pela família nuclear, pessoas que acolheram e apoiaram o sujeito, além das/os amigas/os, vizinhas/os, colegas... enfim, pessoas que compõem relacionamentos pessoais mais próximos (MARICONDI; SOARES, 2010). Da mesma forma, tem-se as redes secundárias, que podem ser compostas de pessoas que atuam em serviços (públicos e privados) que compõem as redes das quais os sujeitos e famílias acessam ao longo da vida.

Desta forma, imbricada aos efeitos de deslocamento da população residente, os modos de como se dá o acesso das/os moradoras/es desse residencial ao mercado de trabalho surge como questão norteadora. Através das entrevistas semiestruturadas realizadas *in loco* com sete famílias do residencial Viver Bem, lançando mão do diário de campo enquanto ferramenta de registro para reflexão acerca dos percursos em campo, apontamos que as narrativas serviram como importante fonte de dados para traçar alguns aspectos que permeiam a questão do trabalho na vida das famílias entrevistadas e de como essas/esses compreendem a(s) rede(s).

Sendo assim, foi possível identificar algumas pistas que compõem trajetórias de vida marcadas por especificidades territoriais. Constatamos que a mudança territorial implica não apenas na reorganização de vidas em nível geográfico e relacional, de uma nova casa, em um novo local e com outras pessoas, como também das redes que mudam e/ou se transformam. Sujeitos que antes viviam na situação de rua, por exemplo, e que passaram a ser usuárias/os do PMCMV, compondo novas tramas pessoais, sociais e profissionais em busca de vida digna, até

sujeitos que residiam em cidade do interior, em âmbito rural, e que agora sinalizam a mudança para contexto urbano através de tal política habitacional.

M não demonstra muito interesse em falar sobre a vida da família quando moravam em Porto Alegre. Ele relata que quando chegaram em Santa Cruz do Sul, encontraram dificuldades quanto ao trabalho, buscavam as vagas via agência SINE (Sistema Nacional de Empregos) e entregavam currículo em vários lugares. Após alguns meses (+- 5 meses) de “bicos” pelo bairro (jardinagem, carga e descarga), iniciam a jornada laboral nas empresas onde estão atualmente. Ele diz que gosta da empresa onde está trabalhando há alguns anos, assim como sua esposa gosta de trabalhar na prefeitura. É interessante mencionar que M já indicou cinco pessoas para trabalhar nesta empresa, entre amigos e familiares, levando o currículo para o setor de RH (Fragmento do diário de campo, registro de 24/10/2019 com a Família I).

Também foi possível observar dificuldades no acesso (ou, da falta de) e acompanhamento socioassistencial das famílias entrevistadas que residem no território da zona sul, campo que compõe o *corpus* da pesquisa, pois os sujeitos entrevistados afirmam não conhecer a rede socioassistencial que atende tal território e apontam para um percurso em rede institucional mais voltada ao trabalho, saúde e educação das/os filhos. Quando questionados sobre os serviços da assistência social, apontam desconhecimento sobre os serviços que compõem a rede de assistência social ou lembram de situações pontuais onde atualizaram o Cadastro Único ou que solicitaram cesta básica em situação de emergência.

Sobre a importância da rede afetiva, todos os sujeitos que participaram da pesquisa afirmam que a família, amigas/os e vizinhas/os são figuras importantes para apoio, ajuda e trocas afetivas. Podemos observar que ora há apoio entre a vizinhança e ora há conflito:

O morador identifica uma mudança quanto a segurança do bairro, reconhece que ainda há risco (trânsito, roubos), mas que “*todo mundo se conhece na rua e se ajuda*”. Importante mencionar que o casal coloca um horário limite em que as crianças podem brincar na rua em frente à casa, sendo até às 19:30h, assim como as crianças “*devem estar na cama no máximo às 20:30h*” (Fragmento do diário de campo, registro de 24/10/2019 com a Família I).

A genitora relata que possui poucos vizinhos em quem confia e com quem conversa. Ela diz que são muitas brigas na rua, muitos desentendimentos entre o seu companheiro e um vizinho em específico. Ela não deixa as filhas brincarem na rua e que a família não conta com amigas/os ali. Devido às brigas com vizinhos, ela afirma querer sair dali e voltar para o centro, quer vender a casa e voltar a viver de aluguel (Fragmento do diário de campo, registro de 24/10/2019 com a Família II).

Quando a Sra. V fala rapidamente sobre sua vida, relata que gostaria de ter um “*marido para conversar*”, um companheiro no dia a dia, pois sente falta disso e acaba conversando com a sua cachorrinha. Considero que, na falta que ela deve sentir de ter alguém compartilhando momentos em sua rotina, ela encontra um apoio e conforto nesse casal de vizinhos. É visível que os três têm uma boa relação como vizinhos, conversam diariamente e se visitam. Aparentemente, há um apoio mútuo, e ambas as famílias afirmam isso. Em dado momento, a Sra. V relata que se não tivesse vizinhos que a ajudassem e conversassem com ela, ela não teria ninguém (Fragmento do diário de campo, registro de 10/12/2019 com a Família III).

Quando questiono sobre a relação de sua família com as/os vizinhas/os, a genitora diz que tem alguns amigos no residencial, porém que não considera “*uma amizade, é só de bom dia e boa tarde*”. Entretanto, quando aprofundamos sobre a questão das redes neste local de moradia e convivência, ela relata que “*o pessoal aqui da minha rua é muito unido, um ajuda o outro*”. Neste momento da conversa, ela recorda a época em que mais precisou de ajuda e conseguiu muito apoio de alguns vizinhos de sua rua (Fragmento do diário de campo, registro de 26/11/2019 com a Família VII).

Cada história de vida identificada através desta pesquisa apresenta especificidades e arranjos singulares, embora também se identifique alguns pontos de convergência relacionados à mudança das famílias para o residencial em questão. Tais convergências seriam, por exemplo, em relação às dificuldades de locomoção entre o residencial até o local de trabalho ou pontos mais centralizados da cidade. Além disso, foram relatadas dificuldades de acesso a vários

serviços básicos (posto de saúde, escola, creche, mercado, farmácia, entre outros), a falta de linhas e horários de ônibus no local (além do alto custo com a passagem de ônibus urbano), a precariedade na construção das residências e das áreas de uso comum e vários outros aspectos relacionados ao fato desse residencial estar localizado em um bairro afastado (cerca de 8km) da área central do município.

Desde a mudança para o Viver Bem, o casal relata que a distância dificultou muito para manter o trabalho com reciclagem, pois nesse bairro já são várias pessoas e pouco material para coletar. Para manterem a sua renda, se deslocam a pé desde o loteamento até o centro (cerca de 6km), não contando a distância percorrida para coletar todo o material entre os vários pontos que perpassam pelos bairros mais centrais da cidade. Contando a distância para ir até o centro, coletar material para reciclagem e voltar para casa, o resultado pode ser entre 20 e 30km por dia, percorridos a pé e com o peso do “*carrinho vazio ou cheio*”. É interessante identificar que a coleta de materiais, a “catação”, é fonte de renda desta família há mais de 15 anos (Fragmento do diário de campo, registro de 24/10/2019 com a Família II).

Em relação às famílias entrevistadas, três delas possuem ao menos um membro com vínculo empregatício (carteira assinada), duas famílias possuem um membro aposentada/o, uma família possui membros que trabalham com reciclagem de materiais coletados pela cidade (sem carteira assinada) e uma família não possui membros com vínculo empregatício. Conforme ressaltado anteriormente acerca das particularidades de cada família, pôde ser observado que as/os participantes neste estudo possuem vivências diversas em relação ao mercado de trabalho, mas que, a partir do deslocamento territorial ocorrido em 2015 quando passaram a morar no residencial em questão, algumas dificuldades atravessaram suas histórias e os desafiaram a buscar novas oportunidades de trabalho e de reorganização social e interpessoal. Através das narrativas das/os moradoras/es, identificou-se que o tema do acesso ao mercado de trabalho se entrecruza com as especificidades territoriais, sociais e econômicas.

Desta forma, a vulnerabilidade social adquire forma na realidade em estudo. Tendo o Residencial Viver Bem como exemplo, localizado na zona sul da cidade de Santa Cruz do Sul/RS, onde foram realizadas as entrevistas na pesquisa em questão, identificou-se que as mais de novecentas casas construídas através do PMCMV possuem um padrão de materiais de construção utilizados e demais características urbanas, assim como, o lugar onde foi construído,

que é longe do centro da cidade e com pouco desenvolvimento urbano. Tais características que formam o padrão de casa do PMCMV sustentam as diversas queixas levantadas pelas pessoas entrevistadas na presente pesquisa. Situações de alagamento, destelhamento, constante falta de luz e demais demandas foram identificadas, além da falta de comprometimento por parte da prefeitura em construir demais serviços nesse território. Sabendo que havia (e, ainda há) demanda de habitação para a população de baixa renda na cidade de Santa Cruz do Sul e região, a proposta do Residencial Viver Bem foi consolidada na construção de quase uma nova cidade, considerando que são mais de novecentas casas que abrigam famílias (extensas ou não) neste único local. Não seria essa uma estratégia de segregação urbana?

Por fim, apontamos pistas importantes quanto as especificidades que compõem histórias de vida e arranjos sociais, das questões familiares e percursos realizados entre diferentes cidades e bairros, além das divergências e convergências entre as famílias entrevistadas, de acordo com a visão de mundo e bagagem empírica que caracterizam os modos de ser e estar no mundo, e mais especificamente, dos fatores que atravessam o fenômeno “trabalho”. E com isso, sinalizamos para a importância e relevância de dar continuidade aos estudos até então desenvolvidos sobre o referido tema em um território marcado por vulnerabilidades, riscos e novos arranjos sociais de mais de mil famílias que residem na zona sul da cidade de Santa Cruz do Sul/RS e que são usuárias/os do programa habitacional do Governo Federal.

REFLEXÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo apresentar resultados parciais obtidos através das vivências em iniciação científica com a pesquisa “O Programa Minha Casa Minha Vida em Santa Cruz do Sul/RS e o acesso ao mercado de trabalho”, que está em desenvolvimento desde agosto de 2019 no Residencial Viver Bem, localizado no interior do Rio Grande do Sul, pela equipe do Grupo de Estudos e Pesquisas em Democracia e Políticas Públicas/ GEDEPP.

Considerando que no Brasil foram poucas as políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas sociais no campo habitacional, a garantia de uma moradia adequada tornou-se um desafio nacional. Estudiosas/os consideram que um dos resultados de tal problemática pode ser as cenas que cotidianamente nos deparamos em cidades com habitações precárias, com coabitacões familiares, excesso de moradoras/es e famílias que lidam com excessivo ônus de aluguel. Desde 2009, o Brasil passou a contar com um amplo programa habitacional que marcou a garantia do direito constitucional à moradia, não apenas das populações mais vulneráveis que

vivem sob situação de riscos sociais, como também das milhares de famílias que se encaixaram nos critérios de inserção do programa e tiveram o sonho da casa própria consolidado. Entretanto, vimos que em 2020 o programa passou por modificações e, dentre elas, a criação da condição de juros para as famílias beneficiárias mais vulneráveis que, até então, não eram afetadas pelo percentual de juros anual do programa. Tal mudança no programa habitacional em questão, dentre outras mudanças significativas provenientes do governo Bolsonaro, implica diretamente no acesso (ou, não) ao direito constitucional à moradia.

Tendo como objetivo geral analisar como o deslocamento no espaço urbano de populações de baixa renda, produzido pela implementação do PMCMV, condiciona as trajetórias de inserção e de permanência no mercado de trabalho, foi possível identificar que o apanhado de dados e especificidades que atravessam sujeitos e famílias apontam para demandas emergentes de tal território, tendo em vista o alto índice de vulnerabilidade que assola a zona sul da cidade em estudo. Constatamos que a mudança territorial implica não apenas na reorganização de vidas em nível geográfico e relacional, de uma nova casa, em um novo local com outras pessoas, como também redes que se transformam. Sujeitos que antes viviam na situação de rua, por exemplo, e que passaram a ser usuárias/os do PMCMV, compõndo novas tramas pessoais, sociais e profissionais em busca de vida digna, até sujeitos que residiam em cidade do interior, em âmbito rural, e que agora sinalizam a mudança para contexto urbano através de tal política habitacional.

Finalmente, das entrevistas realizadas em meados do segundo semestre de 2019 com a comunidade que vive no Residencial Viver Bem, que se constitui enquanto campo da pesquisa, nos deparamos com dados para uma análise que, atualmente, já pode ser outra devido às modificações, ressignificações e reorganização na vida de todas e todos nós, especificamente da comunidade em questão. Por isso, enfatizamos a importância de novas aproximações para que se obtenha dados emergentes de narrativas atuais, das especificidades que se encontram atualmente em dado território e de como o marcador “trabalho” se apresenta e se apresentou em tempos pandêmicos. Isto é, mediante uma crise sanitária que assola o Brasil e que potencializa dificuldades já existentes, haveria mudanças no que se refere o acesso ao mercado de trabalho da população de baixa renda beneficiária do PMCMV?

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Geniana Gazotto *et al.* Política habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida. Curitiba: *Urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana*, vol. 11, n. s/n, 2019. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692019000100202&tlang=pt. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

G1, Globo News. Seção Economia. “*Minha Casa Minha Vida e Casa Verde e Amarela: entenda as diferenças entre os programas*”. Disponível em:
<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/12/10/minha-casa-minha-vida-e-casa-verde-e-amarela-entenda-as-diferencias-entre-os-programas.ghtml>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

GOV, Governo Federal. Ministério do Desenvolvimento Regional. “Programa Casa Verde e Amarela”. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/casa-verde-e-amarela>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

LORENZETTI, Maria Sílvia Barros. *A questão habitacional no Brasil*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2006.

MARICONDI, Maria Angela; SOARES, Maria Luisa Pereira Ventura. Família e rede social. In: GUARÁ, Isa Maria Rosa. *Redes de proteção social*. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. Disponível em: <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Livro4.pdf>. Acesso em: 08 de janeiro de 2021.

MENEZES, Gustavo; MOURÃO, Luciana. Programa Minha Casa Minha Vida sob a perspectiva da qualidade de vida. Chile: *Psicoperspectivas: individuo y sociedad*, vol. 16, n. 3, 2017. Disponível em:
<http://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/viewFile/1004/885>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.